

Governo promete regras claras para reativar a infra-estrutura

Segundo Câmara de Desenvolvimento, dúvidas sobre regulamentação afetam investimentos

RIO – O governo está disposto a reduzir as incertezas regulatórias que vêm afetando os investimentos nos setores de infra-estrutura, segundo o documento sobre política de desenvolvimento divulgado ontem. A recuperação do investimento em infra-estrutura é apresentada como um dos principais alicerces das diretrizes da nova política de desenvolvimento econômico. “É fundamental o compromisso do governo com o estabelecimento de modelos regulatórios transparentes, bem definidos e específicos para os setores de infra-estrutura (energia, transportes e saneamento básico), reduzindo a incerteza regulatória e estimulando a participação da iniciativa privada, diz o documento”.

As diretrizes defendem tanto a ampliação do investimento público em infra-estrutura quanto regras para deslançar as parcerias entre o setor público e o privado. Em transportes, um dos objetivos é a concessão dos principais eixos

rodoviários e ferroviários, com a “a adequada tarifação”. No caso das ferrovias, os segmentos essenciais da malha nacional deverão ter seu acesso facilitado para os concessionários com necessidade específica de usá-los. Nos portos, a meta é aperfeiçoar a regulação da contratação de trabalhadores e do funcionamento das aduanas.

O documento repõe a energia hidrelétrica como base da matriz energética no País, e acrescenta que é preciso “corrigir a excessiva ênfase no uso termoeletrico deste recurso (gás natural) na agenda de desenvolvimento de 2004 a 2007”.

Quanto ao gás de cozinha, o governo quer manter seu preço compatível com o poder de compra da população.

Em água e saneamento, o governo Lula se propõe a resolver os problemas regulató-

rios, especialmente em relação à determinação do poder concedente (área onde as atribuições de Estados e municípios muitas vezes são confusas). O documento considera necessário “definir regras para a parceria com a iniciativa privada, nos Estados e municípios que assim desejarem, de modo a viabilizar a expansão do investimento”. (F.D.)

ESTÍMULO À PARCERIA ENTRE ESTADO E EMPRESAS